

MÁDIAN BITTENCOURT ROCHA VIEIRA

**Saberes tradicionais para a construção
de uma sociedade sustentável: A
contribuição da cultura *Guarani* à
Educação Ambiental.**

MONOGRAFIA

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC - Rio como quesito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental.

Orientador: Dr. Celso Sanchez

Rio de Janeiro 19 Dezembro 2016

Má dian Bittencourt Rocha Vieira

**Saberes tradicionais para a construção
de uma sociedade sustentável: A
contribuição da cultura Guarani à
Educação Ambiental.**

MONOGRAFIA

Monografia apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Educação da PUC-Rio como que
sito parcial para obtenção do título de Especialista
em Educação Ambiental. Aprovada pela Comissão
Examinadora Abaixo Assinada

Orientador:
Dr. Celso Sanchez
Coordenação de Extensão CCE/ PUC-RIO

Avaliadora:
Prof. Hedy Silva Ramos de Vasconcellos
Departamento de Educação/ PUC-Rio

Rio de Janeiro 19 Dezembro 2016

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer a todos os integrantes desta turma do curso de especialização em Educação Ambiental. Juntos formamos o Movimento Universitário de Debate Ambiental, o MUDA, que nos ajudou a tecer uma amizade forte, fundamentada em respeito e carinho. Ao longo desta caminhada nunca estive sozinha e não há palavras que descrevam tamanha gratidão que tenho por todos deste pequeno grupo. Cada um, com seu jeitinho único e especial, foi essencial para a minha persistência nesta longa estrada, e me trouxe ensinamentos que vou levar para a vida toda. Tenho certeza que a nossa caminhada apenas começou e esses primeiros passos foram fundamentais para que nos tornemos verdadeiros educadores ambientais.

Agradeço, excepcionalmente a Renata Pereira, pessoa incrível que conheci nesta caminhada e que muito me ajudou na construção deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador e professor da vida Celso Sanchez, pessoa quase indescritível que me proporcionou saberes que eu jamais imaginava adquirir. Este excelentíssimo professor, contribuiu para que eu tivesse uma visão muito mais ampla do mundo que nos cerca. Os conhecimentos que com ele adquiri vão para muito além do campo acadêmico e me tornaram uma pessoa, um ser humano muito melhor.

Agradeço a professora Hedy Vasconcellos, inspiração pura que, mesmo com sua idade avançada, persiste nessa militância que é a educação ambiental.

Agradeço a todos da Organização Não Governamental (ONG) Sustentarte e, principalmente, a Aurea Rachel, por terem me proporcionado a oportunidade de colocar em prática os saberes adquiridos ao longo deste curso, de uma maneira única, leve e especial. E por terem também me proporcionado grandiosos ensinamentos que levarei para a vida.

Agradeço ao povo *Guarani* por existir, resistir e ainda nos dias de hoje nos proporcionar ensinamentos essenciais a manutenção da vida em sociedade.

Agradeço à toda a minha família, em especial à minha avó, Wilma Bittencourt, pois sem ela, esses primeiros passos desta longa caminhada, não teriam sido possíveis.

E, finalmente, agradeço ao meu companheiro, Gustavo Aragão, que partilha comigo o dia-a-dia da vida, com o qual eu aprendo e transmito saberes todos os dias. Esta rica relação de troca e companheirismo, sem dúvidas foi e ainda é determinante para o tecimento do meu eu.

Resumo

Este trabalho buscou elencar elementos da cultura Guarani que possam colaborar em propostas e ações de educação ambiental. Utilizaremos como eixo orientador a interculturalidade. A cultura Guarani se caracteriza por ser uma cultura onde os conhecimentos sobre a natureza são muito elaborados e há uma clara perspectiva de indissociabilidade entre os elementos naturais e culturais, neste sentido, este trabalho procurou, a partir de levantamentos bibliográficos sobre pesquisas com os Guarani, destacar elementos culturais que permitissem dialogar com o campo da educação ambiental no sentido de encontrar elementos capazes de oxigenar esta prática educativa, no que diz respeito a percepção da integralidade do meio ambiente. Para tal recorreremos a centralidade do conceito de interculturalidade na construção de uma educação ambiental atenta e sensível à dimensão cultural do meio ambiente.

Palavras Chave

Educação Ambiental, Guarani Mbyá; Interculturalidade.

Sumário

1. Introdução	10
2. O despertar do interesse pelos povos tradicionais indígenas	15
2.1. Relato de um contato inicial	15
2.2. Os <i>Guarani</i> no Brasil e no Rio de Janeiro: alguns aspectos culturais	18
3. Educação ambiental, sociodiversidade e interculturalidade: algumas considerações diante da crise socioambiental	27
3.1 Meio Ambiente e a inserção da Educação Ambiental no Brasil	27
3.2 Dimensão cultural da educação ambiental e a Interculturalidade	33
4. As intercorrelações a partir de alguns conceitos fundamentais da cultura <i>Guarani: Yvy Maraey, Nhandereko e Tekoa</i>	35
4.1 Conceitos e temas fundamentais da cultura <i>Guarani</i>	35
5. Referências Bibliográficas.....	44

Lista de figuras

Figura 1. Mulher Guarani da Tekoa Itaxim mostrando a roça de mandioca na sua aldeia, 2008.....	18
Figura 2. Mapa do Aquífero.....	22
Figura 3. Foto do Centro da Tekoa Itarypu ¹⁹ , Niterói, 2011.....	25

Lista de siglas

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MUDA – Movimento Universitário de Debate Ambiental

ONGs - Organizações Não Governamentais

PIB - Produto Interno Bruto

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo. Se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire – Pedagogia da Indignação

1.

Introdução

Nascida no Rio de Janeiro, fui morar em Angra dos Reis ainda criança, com 10 anos de idade. Nesta cidade cresci em contato com a natureza. Praia, cachoeira, mata, areia, terra e os seres mais diversos faziam parte do meu dia-a-dia. Muito provavelmente esses fatos influenciaram para que eu hoje seja uma Bióloga.

Acredito que a educação ambiental, de alguma forma, sempre esteve presente para mim, como área de interesse e curiosidade, mesmo antes de eu conhecê-la propriamente. Desde quando cursava o ensino médio, eu me deparava com diversas problemáticas ambientais que me incomodavam profundamente, e me faziam ter vontade de agir, na intenção de construir um planeta melhor para todos. Sentia um desejo, e ainda sinto, de transformar a realidade, de atuar sobre ela. Desde aquela época, tinha vontade de fazer algo que realmente pudesse fazer a diferença. Mas confesso que não sabia exatamente o que fazer. Me sentia perdida ao ter que escolher um curso de graduação para fazer, sendo que nenhum me era de pleno agrado e convicção. Apenas uma coisa eu sabia, queria trabalhar com o meio ambiente. Às escuras e sem orientação alguma da escola onde estudava, comecei a procurar cursos relacionados ao tema meio ambiente, dentre eles os principais eram: Biologia, Engenharia Ambiental e Gestão Ambiental. Por motivos diversos, acabei entrando para o curso de Biologia.

No começo do curso não me sentia plenamente segura, mas aos poucos fui aprendendo muitas coisas relacionadas a diversos seres vivos e seus ambientes, e fui percebendo a complexidade que este planeta possui. Conclui que somos como uma rede, um emaranhado de seres diversos que dependem indireta e diretamente uns dos outros. Além de, é claro, vários fatores ambientais que também influenciam, e muito, na qualidade de vida de um modo geral. Em um determinado momento da graduação, fui apresentada ao campo da Educação

Ambiental, através de uma disciplina, chamada “Educação ambiental e cidadania.” Com o passar das aulas, logo percebi que ali estava uma possível solução para os problemas ambientais e para minhas indefinições pessoais ao mesmo tempo.

Fiquei imediatamente encantada. Naquele momento eu descobria uma espécie de “fórmula mágica” de como preservar o nosso planeta: educar seria uma alternativa a crise planetária e pessoal. Passei então a atuar como voluntária e estagiária em projetos socioambientais, que muito enriqueceram meus saberes e percepções quanto a este recém-descoberto campo, a educação ambiental. Não tinha dúvidas, era isso que eu queria para minha vida, era nisso que eu queria me especializar, era com isso que eu queria trabalhar.

Então, ao concluir minha graduação, comecei minha busca incessante atrás de uma Especialização nesta área, mas eu não queria algo próximo ou parecido, como aconteceu quando tive que escolher meu curso de Graduação. Eu queria o título de especialista em Educação Ambiental. E mais uma vez, não foi fácil, não existem opções de bons cursos no mercado para essa área. Era de meu conhecimento que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) oferecia um curso de Especialização exatamente em Educação Ambiental, mas há alguns anos ele não acontecia. Mais uma vez me questionava o que eu faria. Foi quando fiquei sabendo, através de uma amiga, que havia aberto as inscrições para uma nova turma do curso de Especialização em Educação Ambiental da PUC-Rio. Dei pulos de alegria. Corri para conseguir as documentações e já nos últimos dias de inscrição consegui me inscrever.

Assim, em agosto de 2014, muito empolgada, comecei o curso de pós-graduação. Logo nos primeiros dias gostei muito do que vivi. Os professores do curso, os alunos e a maneira como as aulas aconteciam me encantavam. Dia após dia eu evoluía, meu envolvimento crescia, minha visão se ampliava, e eu aprendia a olhar através de ângulos diferentes.

Confesso que minha visão do que era educação ambiental mudou, toda e completamente. E este foi um grande avanço, que devo plenamente aos professores do curso.

Neste percurso, destaco que compreendi que a educação ambiental desempenha papel bem mais importante e complexo do que o habitualmente difundido não se limitando ao compromisso com as modificações ambientais, estando comprometida também com as questões sociais.

Ao mesmo tempo foi assustador, quando toda aquela ilusão e fantasia do que era educação ambiental para mim se transformou. Apesar de eu já possuir uma visão crítica na época, ainda assim fui surpreendida com muitos ensinamentos. Resumidamente, eu já sabia que educação ambiental não se fazia com ações individualistas e isoladas, muito menos apenas com separação de lixo. Porém foi uma certa surpresa perceber que, muitas vezes, o que eu acreditava ser “educação ambiental”, era apenas uma forma de alienar ainda mais as pessoas, utilizando-se dessa ferramenta tão na moda, verde e bem vista. Muitas vezes a educação ambiental é utilizada de forma cruel e distorcida em prol do capitalismo, do dinheiro, da produção e em benefício praticamente zero do planeta e os seres que nele vivem. São estas as chamadas armadilhas paradigmática, que ocorrem quando na intenção de fazer o bem e sensibilizar em educação ambiental, as pessoas acabam, sem querer, seguindo o sistema, utilizando apenas questões isoladas, que inibem a percepção da complexidade da problemática ambiental. Foi isso que chamou atenção o professor Mauro Guimarães, no seu conceito. As boas intenções, sem uma conexão mais aprofundada dos aspectos conceituais e teóricos da educação ambiental podem ser um tiro no pé.

Se olharmos por exemplo para as nossas cidades, vamos perceber com facilidade, principalmente no caso do Rio de Janeiro, como se transformam, sobretudo quando há capital envolvido, interesses globais, de grandes empresas. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, converteu-se, pelo capital, um lugar onde se aglomera a produção, se congestionam o consumo, se amontoa a população e se degrada a energia. Os processos urbanos se alimentam da super exploração dos recursos naturais, da destruturação do entorno ecológico, do dessecamento dos lençóis freáticos, da sucção dos recursos hídricos, da saturação do ar e da acumulação de lixo. A urbanização é uma expressão clara da acumulação de capital e a globalização da economia é a maior evidência do contra senso da ideologia do progresso. Isto é o que nos alerta *Leff* (2001).

Diante deste cenário, começo a pensar em alternativas, e dos questionamentos olho para sociedades que conseguem de alguma maneira, ainda, resistir a estas transformações. É aí que encontro os povos indígenas, sociedades que resistem a tais transformações e que de alguma maneira, conseguem constituir-se de tal forma, que ainda tentam viver em harmonia com a natureza.

No Rio de Janeiro, temos o privilégio de ter sete aldeias *Guarani*. Olho para elas e me pergunto: Como sociedades tradicionais, principalmente indígenas, e em particular os *Guarani*, conseguem educar-se para enfrentar esta sociedade devoradora de existências? Quais saberes *Guarani* podem contribuir para uma educação ambiental que nos ajude a construir uma sociedade sustentável?

Diante desta questão disparadora, apresento os objetivos deste trabalho: analisar a contribuição dos saberes tradicionais *Guarani* para a educação ambiental. Procurando debater como estes saberes podem contribuir para a construção de uma vida em sociedade mais sustentável e equilibrada.

Para tal foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos quais se discutem elementos dos saberes tradicionais e da cultura *guarani* para a educação ambiental.

No percurso deste trabalho, a justificativa foi ficando cada vez mais clara. Como dizia Freire (1981, p.47):

"Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? "Lavar as mãos" em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele."

Neste sentido, este trabalho tem como justificativa a denúncia da insuficiência deste modelo de desenvolvimento e estilo de vida, diante da necessidade de mudanças estruturais da sociedade.

Acredito firmemente que está na hora de mudarmos estruturalmente, de enfrentarmos de fato, a crise na qual mergulhamos. Para isso, penso que precisamos qualificar a educação ambiental, para que ela não seja levada apenas como forma de reproduzir práticas de sustentabilidade que não sejam capazes de mudanças estruturais no sistema que provoca a crise. Seria uma armadilha

paradigmática querer que a educação ambiental por si só, sem aprofundá-la, seja capaz de realizar mudanças efetivas na sociedade. Por isso a importância de conhecer e aprender saberes que fazem hoje, resistência ao modelo avassalador que nos toma a existência de assalto.

Precisamos questionar as propostas de “educação ambiental para o desenvolvimento sustentável”. Vou além, está na hora de frearmos as injustiças ambientais, as zonas de sacrifício, as armadilhas paradigmáticas, o medo, a cegueira, a ilusão. Mas devemos sempre lembrar que, como já dizia Freire (1981, p. 69): "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo."

Segundo Morin (2000), a educação deve usar a razão como principal combate ao erro e a ilusão, como racionalidade, aberta, reconhecendo o princípio da incerteza racional, que é crítica e autocrítica, para que possa fugir da cegueira paradigmática com o seu erro de dissociação que separa o sujeito do objeto (homem/natureza), sem conceber a uni dualidade entre natureza e cultura (os dois em interação).

Hoje, principalmente nos grandes centros urbanos, as pessoas não se dão conta do quão dependentes de diversos elementos da natureza elas são. Vivemos em ambientes de concreto e em um ritmo acelerado que nos distanciam cada vez mais do que nós realmente somos. Quanto mais coisas fazemos e maior é a velocidade com a qual temos que realizá-las, mais difícil fica percebermos os problemas que isso traz e o quanto isso está afetando nossas vidas e nossa Terra. Simplesmente não paramos para refletir. E quando o fazemos, paramos em frente a uma televisão ou a qualquer outro veículo da grande mídia que nos empurra goela abaixo o que eles querem nos dizer e principalmente o que eles querem nos fazer consumir. Criando um ciclo de centenas de problemas que a sociedade tem de enfrentar devido ao modo como é induzida a viver.

E é nesse contexto, de uma sociedade onde somos tratados como consumidores e não mais como cidadãos e onde temos direitos constitucionais violados, que precisamos agir. A Educação Ambiental não pode mais ser levada pela maré, pois nela encontra-se a resposta, a solução, a esperança. Através dela

construímos novos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Este trabalho, portanto, busca elencar elementos da cultura *Guarani* que possam colaborar em propostas e ações de educação ambiental. Utilizaremos como eixo orientador a interculturalidade. A cultura *Guarani* se caracteriza por ser uma cultura onde os conhecimentos sobre a natureza são muito elaborados. Os saberes *Guarani* sobre a natureza e principalmente sobre o ecossistema de Mata Atlântica são bastante ricos e complexos. (Carvalho, 2014)

Dessa forma, esta monografia, pretende estabelecer um diálogo intercultural com a cultura *Guarani*, elencando alguns elementos desta cultura que podem articular-se com a educação ambiental. Para tanto, foram utilizados alguns conceitos e elementos da cultura *Guarani*.

Tais elementos culturais foram pensados a partir da dissertação de mestrado de Renata Castro que em seu trabalho destaca tais elementos para a formação de agentes de saúde *Guarani* (Castro, 2011).

Para tal, organizamos o estudo da seguinte forma: no capítulo um descrevemos os desafios da Educação Ambiental diante da crise socioambiental, no capítulo dois, apresentamos um pouco da cultura *guarani* e do conceito de interculturalidade e no capítulo três, teceremos correlações dos saberes *Guarani* para pensarmos as contribuições possíveis à educação ambiental.

2. O despertar do interesse pelos povos tradicionais indígenas

2.1. Relato de um contato inicial

Pensar e discutir a respeito dos povos indígenas exige conhecê-los. Meu primeiro contato para além da bibliografia, foi durante o período de aulas do Curso de Especialização em Educação Ambiental na Puc-Rio, quando tive a oportunidade de estar em um evento do coletivo *Haveté*¹, que contava com a presença de um indígena da *Etnia Fulniô*, chamado *Tafkeá*. Durante o evento este indígena compartilhou com o público algumas histórias e relatos.

Suas palavras me tocaram profundamente, foi como um *start*, um despertar para coisas tão óbvias e ao mesmo tempo tão ocultas no nosso dia-a-dia. *Tafkeá* relatava situações tão comuns para nós, seres humanos da cidade grande, de forma muito surpresa, com um grande estranhamento de tais práticas. Diversos de nossos hábitos soavam um tanto quanto contraditórios aos olhos dele. Como, por exemplo, o fato de morarmos em prédios, que para ele, na primeira vez que esteve em contato com a cidade do Rio de Janeiro, imaginou que fôssemos pessoas muito próximas e unidas por morarmos umas em cima das outras. Sendo que, na realidade, o que acontece é justamente o contrário: dificilmente conhecemos bem nossos vizinhos, algumas vezes nem mesmo sabemos quem eles são. Isso por conta da rotina corrida de cada um. Neste dia fiquei muito sensibilizada também, pela perspectiva sacralizada da natureza, para eles o Grande Espírito que habita em toda a natureza, habita em nós também e portanto, qualquer dano a natureza é também uma forma de ferirmos a nós mesmos. Esta indissociabilidade entre natureza e cultura é um aspecto relevante no momento em que vivemos, quando nos deparamos com soluções cada vez mais técnicas para “salvar” o planeta. Recentemente, inclusive, tive acesso a uma reportagem sobre a criação de abelhas robôs², as quais poderiam substituir as abelhas reais após uma

¹Havete Sustentabilidade é um Coletivo que estuda o meio ambiente e a educação ambiental, promovendo encontros para debater sobre esses temas. Para mais informações acesse: <http://unirio.academia.edu/HaveteSustentabilidade>

²<http://observador.pt/2016/11/28/investigadores-criam-primeira-abelha-robotica-capaz-de-polinizar/>

possível, e não tão distante, extinção em massa das mesmas. Esta situação é típica, na qual nos deparamos. Somos capazes de inventar abelhas robôs, mas não somos capazes de transformar-nos, mudarmos nossos hábitos, nosso cotidiano, nosso estilo de vida e principalmente nosso sistema.

Após vivenciar este momento com um indígena, senti uma necessidade de compartilhar das palavras dele com os colegas do curso de especialização. Gostaria que as pessoas do curso também pudessem ouvir as sábias palavras do indígena e que fossem tocadas, assim como eu fui. Desta forma, neste mesmo dia, juntamente com um amigo do curso, convidamos o indígena para uma de nossas aulas, na disciplina Campo-Cidade, do professor Adilson Santos.

Nesta aula, tivemos uma noite de trocas única e muito rica. Em sua conversa com nossa turma, ele demonstrou perceber e preocupar-se com o extremo distanciamento do ser humano que vive na cidade grande em relação à natureza. Exemplificando uma situação por ele presenciada, onde uma mãe brigou com o filho (uma criança) quando o viu colocando as mãos na terra, justificando que a terra era algo sujo. Enquanto que, para os indígenas, a terra é um elemento sagrado. Como pode para nós, seres humanos que vivem no meio urbano, este elemento ser algo que nos repele? Não seria a terra realmente um elemento sagrado, com o qual deveríamos ter contato? Afinal, é dela que vem todo nosso alimento. Mas, ora, nós, seres humanos urbanos, os compramos prontos em supermercados. E perante a esta situação, estamos completamente desvinculados de um dos principais elementos que nos proporciona a vida.

Em suas histórias, o indígena *Tafkeá* demonstrou que sua tribo vive há décadas em perfeita harmonia com o ambiente ao seu redor, utilizando-se da natureza apenas para subsistência e de modo respeitoso. Eles entendem os limites da natureza e sabem que devem tratá-la com cuidado e carinho, pois dela fazem parte, dela dependem para existir. Há uma integração e um saber de interdependência entre todos os seres vivos.

Este é um exemplo vivo, que nos mostra que o que há décadas estamos discutindo no meio urbano, é naturalmente realizado pelas populações tradicionais. O equilíbrio entre populações e o uso dos recursos naturais é possível

e existe. Porém, até mesmo essas populações, que nada fazem para ocasionar quaisquer desequilíbrios no ambiente em que vivem, são afetadas pelo modo de vida levado pela nossa sociedade. Em seu relato, *Tafkeá* nos contou que o rio, no qual eles pescavam e pegavam água, secou. E este problema da falta d'água trouxe grandes dificuldades para a população da aldeia, que agora precisa se deslocar para um local mais distante para obter água. Dificultando ainda o cultivo de alimentos, como a macaxeira.

Diante de tal fato, me questiono o que estaria de fato ocasionando tal desequilíbrio em massa que vivemos nos dias de hoje? Capitalismo? Produção em massa? Incentivo excessivo ao consumo? Superpopulação? Individualismo? Desconexão com a natureza? Ambição? Poder? Posse? Egoísmo? Desprezo? Centralização de poder?

Como o mundo é governado das cidades onde os homens se acham desligados de qualquer forma de vida que não a humana, o sentimento de pertencer a um ecossistema não é revivido. Isso resulta em um tratamento implacável e imprudente de coisas, das quais, em última análise, dependemos, tais como a água e as árvores (Pereira e Diegues, 2010). O ser humano urbano não está sabendo lidar com os recursos naturais, explorando-os de maneira irresponsável desenfreada.

A produção em massa, a busca de lucros concentrados nas mãos de poucos, a produção excessiva de lixo, a poluição das águas, do solo e do ar, o uso de pesticidas e de substâncias químicas potencialmente destruidoras, dentre centenas de outras coisas, estão a destruir a nossa Terra. Todos perdem com a degradação ambiental, pois ela compromete os serviços ecossistêmicos que são benéficos para todo o mundo. No entanto, em curto prazo quem mais sofre não são as nações desenvolvidas, mas sim as populações mais pobres, que residem em países ainda com grandes ativos naturais, vítimas de conflitos nos processos de ocupação, da diminuição dos recursos de subsistência, contaminação dos rios e proliferação de doenças. (Scannavino Filho, 2012, p. 59)

Faz-se necessária a valorização dos elementos naturais. As escolhas não podem mais serem feitas sem levar em conta as métricas ambientais e inclusivas

de bem-estar humano e sustentabilidade, baseando-se apenas no Produto Interno Bruto (PIB). O esgotamento deste modelo tradicional de desenvolvimento já está claro nas crises globais econômica e climática atuais. Um modelo que tem como principal fundamento o crescimento por meio da relação produção-consumo, sem considerar os déficits ecológicos e as desigualdades existentes. É preciso instituir desde já a transição para um novo modelo de desenvolvimento, que seja inclusivo, limpo e responsável, uma vez que, estamos enfrentando uma crise que compromete a nossa vida no Planeta. (Scannavino Filho, 2012, p. 61)

E nesse contexto, a partir desse primeiro encontro e contato com um integrante de um povo tradicional, indígena, é que surgiu a vontade e interesse em estudar como os hábitos e culturas de povos tradicionais podem nos auxiliar em uma educação ambiental crítica em prol da construção de uma sociedade sustentável e equilibrada, onde ser humano e natureza estejam mais conectados. Como resido na cidade do Rio de Janeiro, acabei por escolher estudar o povo *Guarani*, o qual habita algumas regiões do estado do Rio de Janeiro.

2.2. Os *Guarani* no Brasil e no Rio de Janeiro: alguns aspectos culturais

Em meados do século XX, *Egon Shaden* trazia uma importante contribuição para o conhecimento de alguns aspectos da cultura *Guarani*. Evidenciando diferentes denominações para os subgrupos regionais da etnia (*Shaden*, 1974 apud *Carvalho*, 2014) E, com base em seus estudos, é possível identificar a imensa riqueza cultural desta etnia.

Ladeira (2007, p.33), antropóloga estudiosa deste grupo, fala sobre a classificação e localização dos *Guarani* em território Brasileiro:

“Os índios *Guarani* contemporâneos que vivem no Brasil podem ser classificados em três grandes grupos – Kaiova, Nhandeva, Mbya –, conforme diferenças dialetais, de costumes e de práticas rituais. (...) As experiências vividas por estes diversos grupos – nas reduções jesuíticas, durante o período de colonização ibérica, com a política indigenista oficial e o contato sistemático e diversificado com a sociedade nacional – interferiram significativamente no modo primitivo de organização comunitária dos *Guarani*, promovendo novos reagrupamentos e a miscigenação entre subgrupos diversos.”

Segundo *Shaden* (1974, p.2), "a divisão em três subgrupos se justifica por diferenças sobretudo linguísticas, mas também por peculiaridades na cultura material e não material."

Aqui podemos ver que a organização e distribuição territorial extensa dos *Guarani*, são elementos que vão contribuir com sua riqueza e diversidade cultural no interior da etnia. Desta forma, a riqueza sociocultural brasileira é muito maior do que se identifica oficialmente. Consideram-se que existam 305 etnias indígenas, falando 274 idiomas, segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), só os *Guarani* possuem, internamente, divisões culturais importantes.

Figura 1. Mulher Guarani da Tekoa Itaxim mostrando a roça de mandioca na sua aldeia, 2008



Foto: Luiza Helena M. de Carvalho.

Numa pesquisa sobre as origens linguísticas do *Guarani*, encontramos o trabalho de *Litaif* que considera que os “Tupi (que alcançaram o litoral do sudeste) e *Guarani* (que continuaram no sul)”, que têm ligação cultural estreita pelo fato de falarem línguas do mesmo tronco linguístico, sofreram uma divisão

“por motivo de grandes migrações que os dispersou em várias direções” (*Litaif*, 1996: p. 31).

No entanto, embora à primeira vista possamos imaginar que haja uma “identidade cultural” que una os grupos *Guarani*, existe um grande paradoxo, a percepção equivocada de uma “unidade linguística” que nos causa a impressão de uma “relativa unidade cultural” enquanto, por outro lado, cada um dos grupos “procura acentuar e exagerar as diferenças existentes, a ponto de se criticarem (...) uns aos outros” (*Shaden*, 1974: p.3).

Como exemplo da cultura *Mby'a Guarani*, a seguir, temos um belo poema, que é considerado o Hino Sagrado dos *Mby'a Guarani*.

“Himno Sagrado de los Mby'a-Guarani

- (1) El verdadero Padre Ñamandu, el primero,
de una pequeña porción de su propia divinidad,
de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
y en virtud de su sabiduría creadora
hizo que se engendrasen
llamas y tenue neblina.
- (2) Habiéndose erguido,
de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
y en virtud de su sabiduría creadora
concibió el origen
del lenguaje humano.
De la sabiduría contenida en su propia divinidad,
y en virtud de su sabiduría creadora,
creó nuestro Padre el fundamento del lenguaje humano
e hizo que formara parte de su propia divinidad.
antes de existir la tierra,
en medio de las tinieblas primigenias,
antes de tenerse conocimiento de las cosas,
creó aquello que sería el fundamento del lenguaje humano
hizo el verdadero Primer Padre Ñamandu
que formara parte de su propia divinidad.
- (3) Habiendo concebido el origen del futuro lenguaje humano
de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
en virtud de su sabiduría creadora
concibió el fundamento del amor.
antes de existir la tierra,
en medio de las tinieblas primigenias
antes de tenerse conocimiento de las cosas,
y en virtud de su sabiduría creadora,
el origen del amor lo concibió.
- (4) Habiendo creado el fundamento del lenguaje humano,
habiendo creado una pequeña porción de amor,
de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
y en virtud de su sabiduría creadora
el origen de un solo himno sagrado lo creó en su soledad.
Antes de existir la tierra
en medio de las tinieblas originarias,

antes de conocerse las cosas
 el origen de un himno sagrado lo creó en su soledad.
 (5) Habiendo creado, en su soledad, el fundamento del lenguaje
 habiendo creado, en su soledad, una pequeña porción de amor
 habiendo creado, en su soledad, un corto himno sagrado,
 reflexionó profundamente
 sobre a quién hacer partícipe del fundamento del lenguaje :
 sobre a quién hacer partícipe del pequeño amor;
 sobre a quién hacer partícipe de las series de palabras que componían
 el himno sagrado.
 (6) Habiendo reflexionado profundamente,
 de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
 y en virtud de su sabiduría creadora
 creó a quienes serían compañeros de su divinidad.
 (7) Habiendo reflexionado profundamente,
 de la sabiduría contenida en su propia divinidad,
 y en virtud de su sabiduría creadora
 creó al (a los) Ñamandu de corazón grande.
 (8) Lo creó simultáneamente con el reflejo de su sabiduría.
 Antes de existir la tierra,
 en medio de las tinieblas originarias,
 creó al Ñamandu de corazón grande.
 Para padre de sus futuros numerosos hijos,
 para verdadero padre de las almas de sus futuros numerosos hijos
 creó al Ñamandu de corazón grande.
 (9) A continuación
 de la sabiduría contenida en su propia divinidad
 y en virtud de su sabiduría creadora
 al verdadero Padre de los futuros Karai
 al verdadero Padre de los futuros Jakairá
 al verdadero Padre de los futuros Tupã
 les impartió conciencia de la divinidad.
 Para verdaderos padres de sus futuros numerosos hijos,
 para verdaderos padres de las palabras-almas de sus futuros numerosos hijos
 les impartió conciencia de la divinidad.
 (10) A continuación
 el verdadero Padre Ñamandu
 para situarse frente a su corazón
 hizo conocedora de la divinidad
 a la futura verdadera Madre de los Ñamandu,
 karai Ru Ete
 hizo conocedora de la divinidad
 a quien se situaría frente a su corazón,
 a la futura verdadera Madre de los Karai.
 Jakaira Ru Ete, en la misma manera,
 para situarse frente a su corazón
 hizo conocedora de la divinidad
 a la verdadera Madre de los Jakaira.
 Tupã Ru Ete, en la misma manera,
 a la que se situaría frente a su corazón,
 hizo conocedora de la divinidad
 a la verdadera futura Madre de los Tupã.
 (11) Por haber ellos asimilado
 la sabiduría divina de su propio Primer Padre;
 después de haber asimilado el lenguaje humano;
 después de haberse inspirado en el amor al prójimo;
 después de haber asimilado las series de palabras del himno sagrado
 después de haberse inspirado en los fundamentos de la sabiduría creadora,
 a ellos también llamamos:
 excelsos verdaderos padres de las palabras-almas;

excelsas verdaderas madres de las palabras-almas.”

Através deste poema podemos perceber que este povo acredita fielmente na consciência da divindade, como princípio de seus fundamentos. Considerando como verdadeiro pai, de seus futuros muitos filhos, o *Ñamandu*, designado como o primeiro, uma pequena porção de sua própria divindade, sabedoria contida em sua própria divindade.

O povo *Guarani* tem como fator determinante na sua constituição enquanto grupo, a procura de um lugar ideal para viver como *Guarani*. E, certamente, essa determinação em estar bem em sua terra, que será aquela que *Nhanderu* determinar, contribuiu muito para que este povo seja tão conhecido, por todo território brasileiro, principalmente no passado colonial.

Citando um professor Guarani em sua dissertação, Carvalho (2014, p.24) conta que certa vez teve a oportunidade de ouvir uma história muito bonita sobre quem são os *Guarani* e como *Nhanderu* os teria criado como “homens verdadeiros” e como teria providenciado para que nunca passassem sede ou fome, podendo viver da abundância da água e da terra que foi destinada para eles:

“Nhanderu, nosso Pai Criador, andou pelas terras que tinha criado para os Guarani e viu que faltava alguma coisa para que o povo não passasse dificuldade. A coisa mais importante era a água, que não podia faltar pra beber, pra pescar, pra plantar... Então, Nhanderu andou pelas nossas terras, e em cada canto cavou uma fonte, com água que vinha de dentro da terra pra fazer os rios – grandes e pequenos – pro nosso povo.”
(Professor Guarani, 2001 Mimeo 16 *apud* CARVALHO, 2014, p. 24).

É realmente impressionante a existência e a grandiosidade do Aquífero *Guarani* que fica sob o território *Guarani*, garantindo uma reserva de água potável incalculável e cobiçada por muitos. Esta é uma importante consideração de *Nhanderu* para este povo, uma demarcação, que pode-se dizer mítica, do território *Guarani*.

Figura 2. Mapa do Aquífero



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+territorio+guarani>

Podemos inferir que um dos aspectos que levaram ao espraiamento populacional dos *Guarani*, e sua subsequente influência na diversidade cultural interna desta etnia, tem a ver com a crença ancestral, com o mito de origem, que orienta muitas práticas culturais deste povo. a busca da “Terra sem Mal” ou *Yvy Mare’i*.

A essência da religião deste povo está na crença na “Terra sem Mal”, considerada um lugar acessível aos vivos, aonde seria possível ir de corpo e alma, sem passar pela morte. Nela estão os ancestrais que morreram, mas a morte não seria condição necessária para atingi-la. (Navarro, 1995)

Ainda segundo Navarro, é importante destacar que *Yvy Mare’i* não admite a temporalidade histórica, a imanência como seu elemento componente, como

quer a Teologia da Libertação. Ela é a superação do tempo, a negação da vida social, a completa anulação da ordem estabelecida.

Navarro (1995, p.63) cita Jean de Lévy em seu artigo, “A Terra sem mal - O paraíso Tupi-Guarani”, publicado na Revista Cultura Vozes, onde Lévy menciona uma verdadeira lição de vida que um velho índio lhe deu. O índio queria saber por que os franceses vinham buscar o pau brasil de tão longe:

“Mas este homem tão rico (isto é, o negociante de pau-brasil) não morre?
Sim, disse eu, morre como os outros.
Na verdade agora vejo que vós...sois grandes loucos. pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos...e trabalhais tanto para acumular riqueza para vossos filhos, ou para aqueles que vos sobrevivem. Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também?”

Essa conhecida fala de um índio, considerada uma verdadeira lição de vida por Jean de Lévy, nos mostra a simplicidade e pureza de pensamentos de um ser indígena, e ao mesmo tempo nos evidencia como, desde tempos atrás, o ser humano possuía a cobiça e a ambição como rédeas da vida.

A religiosidade também é citada como um aspecto determinante na relação dos grupos ancestrais com seu território. Podemos encontrar em diferentes trabalhos de investigação antropológica³ as questões que envolvem a análise do que vem a se constituir historicamente como território *Guarani*, bem como o que determina o curso de suas migrações, que podemos observar até os dias de hoje.

Apesar das motivações religiosas e míticas serem consideradas fatores decisivos para as migrações *Guarani*, Chamorro (2008, p.49), chama a atenção para as questões que envolvem o “desenvolvimento” do nosso país nos últimos anos e que deixaram marcas significativas na distribuição territorial dos aldeamentos *Guarani*:

“A maior parte dos grupos guarani atuais está confinada em pequenas reservas ou aldeias, sob a “proteção” do Estado, dividindo a terra, não poucas vezes, com indígenas de outra etnia, como os Kaingang, os Terena e os Xokleng. Nas últimas décadas, com a intensificação do plantio da soja, a terra habitada pelos diversos grupos Guarani foi supervalorizada, o que, ironicamente, motivou seu desterro. Isso se deu também porque

³ Uma das pesquisas a que me refiro é a conduzida por Elizabeth Pissolato, que cita autores como Alfred Métraux [1967](1973), Curt Nimuendaju [1914] (1987), Egon Shaden [1954](1962) e Helene Clastres [1975] (1978) entre outros, como aqueles que têm “um lugar central nas produção etnológica sobre os Guarani”, sendo assim indicados para uma leitura aprofundada do assunto.

usinas hidroelétricas alagaram seus territórios ou porque o próprio Estado fez reforma agrária em aldeias indígenas. Exemplo disso são as ações do Presidente Getúlio Vargas, na década de 1950, no Mato Grosso, e do Governador Leonel Brizola, na década de 1960, no Rio Grande do Sul (...). O que os impulsiona a caminhar é a necessidade de encontrarem um lugar onde lhes seja possível viver em segurança seu modo de ser. Somar simplesmente esses Mbyá aos outros grupos de indígenas desterrados seria desconsiderar a especificidade da sua reação frente ao cerco que lhes fez o “desenvolvimento” orientado pelo capitalismo, nas últimas décadas.”

No Estado do Rio de Janeiro, os *Guarani*, em sua maioria, pertencem ao grupo que se autodenomina *Mby'a* e são falantes do *Guarani*, idioma do tronco *Tupi-guarani*, que por sua vez tem raízes no tronco Tupi mais antigo. Este idioma é falado, com variações também no Paraguai. (CARVALHO, 2014)

O termo *Mbya* pode ser traduzido para nossa língua, o português, como “gente”, se referindo a humanidade, que possuem almas provenientes das regiões celestes, caracterizando a origem não terrena desse povo. Sim, este pequeno termo abrange um grande significado, que vai muito além do termo “gente” usado para traduzir a palavra (Ladeira, 2007). Ele tem a ver com o profundo sentido de humanidade, constitutivo deste povo, que se identifica como herdeiro de uma tradição e de uma sabedoria de reconhecimento da dimensão humana da existência. Nesse sentido, reconhecendo o debate com a cultura *guarani* torna-se relevante, pois no momento em que vivemos uma crise civilizatória, temos neste povo uma tradição ancestral que reivindica um pensamento sobre a humanidade em sua totalidade. Para nós, da educação ambiental, este aspecto passa a ser interessante pois estamos atentos a crise civilizatória e reivindicamos um debate, uma alternativa para a humanidade.

Até o momento, existem sete aldeias, ou *tekoa* como chamam os *Guarani*, no Estado do Rio de Janeiro, reconhecidas como território de *Guarani*: *Sapukai*, em Angra dos Reis; *Itaxim*, Araponga, Rio Pequeno e *Mamanguá*, em Paraty; E *Tekoa Itarypu*, que hoje ocupa o município de Maricá e neste mesmo município a aldeia *Ara Howy*, Céu azul, em Itaipuaçu, onde estão em processo de reconhecimento da área que ocupam como território *Guarani*. Infelizmente, somente as três primeiras são áreas demarcadas.

Segundo Ladeira (2007, p.62-63), “no início do século XX, a literatura etnográfica começa a registrar a presença dos 'remanescentes' guaranis no litoral sudeste”. Ela relata ainda que

“Se até os anos 1960 (...) encontram-se alguns registros e documentos sobre a presença guarani no litoral sul de São Paulo; o mesmo não sucede com relação às aldeias contemporâneas do litoral norte de São Paulo e dos litorais do Rio de Janeiro Paraná e Santa Catarina. Entretanto, Schaden refere-se ao Espírito Santo como local que abriga índios Guarani vindos em 1924 e 1934. Nos relatos de viagens do grupo familiar mbya mais antigo que vive hoje na aldeia Boa Esperança (ES), faz-se menção às aldeias de Itariri, Silveira (década de 1940) e Parati Miri, entre outras, onde viveram antes de se fixarem na aldeia Boa Esperança(ES)”.

A distribuição dos povos *Guarani*, se dá sobre o aquífero *Guarani*, conforme indica a dissertação de mestrado de Luiza Helena, mostra que a distribuição desse povo acompanha as águas subterrâneas do aquífero, que recebe o mesmo nome do povo. Este fato mostra a profunda conexão desta etnia com o seu território e o domínio e conhecimento ancestral sobre aspectos biogeoquímicos da formação do continente Sul Americano, por onde eles se espalharam, indo desde o Paraguai, Uruguai, Sul do Brasil, Brasil Central, até a Bolívia.

Esta distribuição do povo *Guarani* por toda essa região da América do Sul fez com que ocorresse uma grande diversidade étnica dentro do que se chama Nação *Guarani*. Por isso eles se subdividem em *Guarani ñhandeva*, *Mbyá* e *Kaiowá*, diferentes grupos que pertencem ao grande tronco linguístico Tupi *Guarani*. Havendo uma grande sociodiversidade interna.

Figura 3. Foto do Centro da Tekoa Itarypu¹⁹, Niterói, 2011.



Foto: Luiza Helena Martins de Carvalho.

3. Educação ambiental, sociodiversidade e interculturalidade: algumas considerações diante da crise socioambiental

3.1 Meio Ambiente e a inserção da Educação Ambiental no Brasil

Não é de hoje que se fala em meio ambiente, preservação, conservação, dentre outros termos ambientais. Há décadas esse assunto vem sendo abordado no Brasil e no mundo. Porém, de maneira um tanto quanto lenta na prática, a passos de tartaruga, digamos.

Desde os primórdios, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), já falava em meio ambiente. E já existia uma preocupação em preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Um capítulo inteiro de nossa Constituição, o capítulo VI, é dedicado exclusivamente ao meio ambiente, dada sua grande importância para o bem-estar da sociedade. No artigo 225º, temos o seguinte texto:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Segundo a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei 6.938/1981, artigo 3º, “entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Porém, eu prefiro definir meio ambiente como tudo o que nos cerca, seres vivos e não vivos e suas relações, que vão além do alcance da nossa visão.

Conforme a nossa própria Constituição diz, um meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial, repito, essencial à sadia qualidade de vida de todos.

Ferreira (2004) define a palavra essencial como: “1. Relativo à essência. 2. Indispensável, necessário.”

E quando procuramos o significado da palavra essência, descobrimos que ela é definida como: “Natureza íntima das coisas; aquilo que faz com que uma coisa seja o que é.”

Então podemos dizer que um meio ambiente ecologicamente equilibrado faz parte da nossa essência, da nossa natureza mais íntima; da nossa necessidade básica para sermos nós mesmos, quanto seres humanos.

Mas será que todos estão efetivamente tendo direito a esse meio ambiente ecologicamente equilibrado?

Na verdade, diante do quadro atual brasileiro, acredito que podemos dizer que basicamente ninguém está tendo este direito plenamente assegurado. É claro que, como tudo, em nossa sociedade capitalista, uns sofrem mais e outros menos com a influência do ambiente ao redor. Mas no final todos sofrem, mesmo que indiretamente, com as consequências. O que nos faz perceber, também, que o “ambiental” não pode estar desvinculado do “social” e de todo o restante. O “ambiental” precisa caminhar junto aos demais setores desta nossa sociedade fragmentada, para que faça sentido, para que não permaneça vazio.

Segundo um artigo do Portal Brasil, a legislação ambiental brasileira é uma das mais completas e avançadas do mundo. No entanto, mais do que os avanços representados pela lei, o Brasil carece de mecanismos de fiscalização e apuração dos crimes. Segundo Betiol, especialista em Direito Processual Civil e pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “o país possui um conjunto de leis ambientais consideradas excelentes, mas que nem sempre são adequadamente aplicadas, por inexistirem recursos e capacidades técnicas para executar a lei plenamente em todas as unidades federativas.”

O que faz com que, na prática, o que realmente acontece é um total descaso com o meio ambiente, tornando-o completamente desequilibrado ecologicamente. O que vemos são nossos governantes tratando os rios, mares e solos como depósito de lixo, esgoto e substâncias perigosas; desconsiderando áreas de preservação, tão importantes para a manutenção da vida na cidade;

empresas internacionais vindas para cá poluir nossos ares, desnortear nossas mentes, como se aqui fosse terra de ninguém.

Enquanto isso, a Constituição diz que cabe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Mas, mais uma vez, vemos que este dever não está sendo cumprido pelo governo, está apenas no papel. A grande maioria da população por sua vez, se encontra na rotina do dia-a-dia, envolvida nos mecanismos de trabalho e produção, completamente afastada de ambientes ecologicamente equilibrados e sem saber como melhorar essa situação.

Perante a todo este quadro de crise ambiental, a Constituição Brasileira de 1988, em Art. 225º, inciso VI, destaca a necessidade de o poder público: “Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.”

Os recursos ambientais estão dinamicamente inter-relacionados, por isso entende-se que a diminuição drástica de um certo recurso pode causar o mesmo em outro aparentemente não relacionado a ele. Por exemplo, se um lençol freático for contaminado em um bairro de uma cidade e dele aflorar um riacho em outra localidade a contaminação química, por exemplo, se expandirá. Assim como, se uma indústria liberar efluentes líquidos contaminados em rios poderá ocasionar uma alteração nas condições do solo e da água de outro município, estado ou país que nem mesmo possua aquele tipo de indústria. A degradação ambiental não obedece às fronteiras políticas. (Pedrini, 2010)

Diante de quadros como este, que exemplifica situações que, infelizmente, ocorrem frequentemente em nossa sociedade, como podemos compreender, o ser humano percebeu a necessidade de repensar seu modelo estratégico de crescimento econômico e desenvolvimento social. E a partir disso, resolveu criar meios para reverter essa exploração não planejada de seus recursos ambientais.

Inicialmente foram então criadas leis que previam multas e privação da liberdade. Porém, estas medidas não foram plenamente eficazes, desta forma resolveu-se associar o processo educativo a fim de criar uma sociedade com pessoas conscientes de seus direitos e deveres coletivos.

Assim, a educação ambiental surge como uma alternativa necessária, em um contexto decorrente do uso inadequado dos recursos naturais, considerados bens coletivos planetários. (Pedrini, 2010)

Dessa forma, a educação ambiental vem se consolidando como espaço de debates acadêmicos no Brasil, sobretudo por se constituir em um campo institucionalizado por uma legislação nacional, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/1999, a qual comentaremos mais à frente. (Silva e Tiriba, 2014)

A partir de um documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), chamado Identidade da Educação Ambiental Brasileira (2004, p.7), podemos entender melhor o que a expressão Educação Ambiental tem a nos dizer:

“Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. O adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia. Entre essas características, está o reconhecimento de que a Educação tradicionalmente tem sido não sustentável, tal qual os demais sistemas sociais, e que para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade, precisa ser reformulado.”

Mais uma vez, fica explicitada a necessidade de reformular o sistema em que a nossa sociedade vive. Ficando da mesma forma cada vez mais claro que a Educação em si também precisa ser repensada e reformulada.

Conforme pudemos perceber, através do que foi aqui apresentado, a Educação Ambiental acumula numerosas experiências, que estão amparadas por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.795/99, que institui a PNEA, e os compromissos internacionalmente assumidos.

O Brasil é considerado um dos poucos países da América Latina que tem uma política Nacional específica para a Educação Ambiental. E essa foi uma grande conquista política, sem dúvida, que só foi possível através do sacrifício de centenas de ambientalistas anônimos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), do MMA, das universidades, das ONGs que diariamente lutaram nos corredores do Congresso, fazendo *lobby*, convencendo parlamentares, demovendo resistências, conquistando cumplicidades. (Dias, 2009)

Segundo a PNEA, Capítulo I, art.1º, temos a seguinte definição para educação ambiental:

“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Diante desta definição, vejo a educação ambiental como uma importante e essencial ferramenta para melhoria desta crise ambiental que enfrenta o Brasil e o mundo. Não adianta criarmos leis, se não as cumprimos, e/ou impormos punições se não entendemos o porquê de não se fazer determinada coisa ou o porquê de se preservar certa região/espécie.

Nesse sentido, também merece destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública como estratégia de planejamento incremental e articulado.

Dentre os principais documentos firmados pelo Brasil no âmbito internacional, cite-se o documento resultante da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de *Tbilisi*, que foi promovida no Município da Geórgia (ex União Soviética), em outubro de 1977. Sua organização ocorreu a partir de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o então ainda recente Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA). Nesse encontro foram formulados objetivos, definições, princípios e estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo.

Abaixo, podemos ver algumas finalidades da Educação Ambiental a partir da Conferência de *Tbilisi*, 1977:

- Ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais, ou seja, onde quer que você esteja, não importando a zona.
- Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais, e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente.

Estas finalidades da Educação Ambiental, definidas na Conferência de Tbilisi em 1977, são até hoje válidas e muito utilizadas, apesar de existirem diferentes matizes e tendências da Educação ambiental no Brasil.

Três anos após a Conferência de *Tbilisi*, a UNESCO e o PNUMA iniciam juntos a estruturação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Dá-se início ao desenvolvimento de diversas atividades em diferentes nações. A esta altura, o Brasil já havia admitido a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino com o propósito da conscientização pública para a conservação do meio ambiente.

Outro documento internacional de grande importância foi o chamado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado pela sociedade civil planetária, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Este documento, além de firmar com forte ênfase o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como um instrumento de transformação social, política, ideologicamente comprometido com a mudança social (o que já aparecia timidamente em *Tbilisi*), desponta também como elemento que ganha destaque em função da alteração de foco do ideário desenvolvimentista para a noção de sociedades sustentáveis construídas a partir de princípios democráticos, em propostas participativas de gestão ambiental e de responsabilidade global.

É Importante, também, destacar que a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental coincidiu com a iniciativa da UNESCO de implementar a Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Década esta em que se intensificaram as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, multiplicando oportunidades inovadoras.

Dessa forma, após esses e outros importantes eventos que destacavam a importância da educação ambiental para a construção de uma sociedade sustentável e perante a tantos incentivos e enfoques à realização da mesma, ocorreu um grande avanço no número de escolas que trabalhavam com a educação ambiental.

3.2 Dimensão cultural da educação ambiental e a Interculturalidade

De acordo com *Walsh* (2001), a interculturalidade é um processo dinâmico de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condição de respeito e igualdade. Este intercâmbio se constitui entre saberes e práticas culturais distintas e tem como objetivo desenvolver novo sentido entre as culturas e suas diferenças.

Em estudo de Baptista (2016), a autora faz referência aos conceitos de diálogo de saberes, utilizando para tal a obra de *Leff* (2009), que o compreende como resultado que emerge do encontro da diversidade cultural. Esse diálogo dá origem à ecologia de saberes, conceito apresentado, por sua vez, por Santos (2010). Sendo assim, a ecologia de saberes seria o resultado da interculturalidade.

Toda cultura, independentemente de qual local seja, têm seus valores e suas ideias fundamentais e importantes. Sendo assim, nenhuma cultura deve ser tratada como absoluta ou deve impor o universalismo ou a heterogeneização cultural. O compartilhamento de saberes e ideias se faz necessário e deve trilhar o caminho da interculturalidade.

De acordo com Benites (2016), autora *Guarani*, justamente a interculturalidade é o ponto fraco das escolas *Guarani*. Sendo assim, os currículos que deveriam pensar no diálogo entre duas culturas e transformar a escola em um lugar de fortalecimento da comunidade, não priorizam os saberes tradicionais e

acabam por impor os costumes e regras da escola padrão. Tem-se então o multiculturalismo, que aceita, reconhece ou tolera a existência de outras culturas que não a dominante, entretanto não há um diálogo de igualdade real entre as mesmas (Santos, 2010).

4. As intercorrelações a partir de alguns conceitos fundamentais da cultura *Guarani*: *Yvy Maraey*, *Nhandereko* e *Tekoa*

4.1 Conceitos e temas fundamentais da cultura *Guarani*

A cultura e as tradições do povo *Guarani* são muito ricas e possuem diversos temas e conceitos que permitem diálogos interculturais valiosos para a educação ambiental. Portanto, destacamos alguns desses conceitos, importantes para essa etnia, apresentando-os a seguir.

Na língua *Guarani*, *Yvy Maraey*, traduz-se para a nossa língua, o português, como a busca da “terra sem mal”, um lugar onde os *Guarani* possam viver plenamente o *Nhandereko*, ou seja, seus hábitos e tradições de vida. Mais adiante este termo será melhor explicado.

Por séculos, os grupos *Guarani* foram conduzidos por seus xamãs na direção do mar para que, cumprindo as práticas tradicionais, demonstrassem ser dignos da possibilidade de acesso ao *Yvy Maraey*, a “terra sem mal”.

Segundo Carvalho (2014), até os dias de hoje, podemos verificar que os *Guarani Mbya* batalham para estar em terras que conservem as características “ditadas por *Nhanderu*” como sendo das terras ancestrais dos *Guarani*:

“Pode-se dizer que a terra preferida pelos povos chamados *Guarani*, em contraste com os ambientes que ocupavam periféricamente, caracterizava-se por ser pluviosa (não havia estação seca), pela umidade (sem nenhum dia biologicamente seco), pelos verões calorentos e por invernos rigorosos, com uma frequência média de até cinco dias de geada por ano. Eles preferiam a proximidade das águas - até 300 m da margem de rios, de lagoas e do oceano - altitudes não superiores a 400 m acima do nível do mar e áreas cobertas de vegetação com formações florestais úmidas” (Chamorro, 2008, p. 40-41)

Para todos os grupos *Guarani*, a religiosidade ditou por muito tempo sua relação com a ocupação territorial e a sobrevivência e a organização das *Tekoa*, aldeias. Entender a configuração do território *Guarani*, significa entender as motivações ancestrais para os seus movimentos migratórios. Diversos autores colocam definições variadas sobre o território *tupi-guarani*, mas em todas se percebe que a questão está intimamente articulada, devido a grande dispersão da família *tupi-guarani* e das migrações na região meridional. Definir território para

os *Guarani* significa considerar intrinsecamente que o fator movimento está incluído nesta definição e que não é possível caracterizá-lo sem pensar nos movimentos migratórios desses grupos (Ladeira, 2007).

Não podemos confundir a característica de movimentação constante, intimamente ligada a certos preceitos religiosos, com o que o senso comum denomina nomadismo, que diz-se do povo, indivíduo ou tribo que busca novos lugares quando os recursos presentes em um tal lugar se esgotam.

Essa marca cultural dos *Guarani* advém desse dogma religioso que mobilizou esse povo desde os tempos remotos, na busca da “terra sem mal”.

Eu nasci às margens de um rio...
 É por isso
 que trago comigo
 A sensação
 de estar sempre passando...
 Não tenho raízes
 nem desejos de voltar...
 Eu não sou nem estou,
 apenas passo
 Sem deixar
 marcas ou vestígios
 E toco suavemente
 as arestas da vida...
 E vou indo
 entre versos incompletos
 Em novos caminhos
 em busca do mistério
 Pois carrego esta sede
 imensa de mar...
 Eu passo em águas claras
 espalhando meus sonhos
 Na canção da brisa...
 Meu corpo esconde bem fundo
 esta minha alma de rio...
 E trago em mim o germe transitório
 das eternas viagens
 Que vão além
 das curvas verdes do sem fim...
 (Karay Tupã. 2005 apud Carvalho, 2014)

Através deste simples e belíssimo poema, citado por Carvalho (2014), podemos perceber e compreender um pouco da história e tradição do povo *Guarani*.

“*Yvy Maraey*” para nós da Educação Ambiental, é um elemento muito interessante. Uma vez que o povo *guarani* compreende que a Terra é o lugar que

nós habitamos e que devemos cuidar dela e compreender que fazemos parte de uma grande unidade. Isso é um valor que, para nós da Educação Ambiental, é fundamental.

Em grande controvérsia com esta tradição dos *Guarani*, nós, seres humanos urbanos, estudamos incessantemente outros planetas, a fim de assegurar os recursos naturais necessários para a produção nos moldes do atual sistema. Há quem acredite que acabando os recursos naturais, essenciais à vida, no nosso planeta Terra, num futuro próximo, seríamos capazes de migrar para um outro planeta ou ao menos buscar esses recursos vitais nele. Esta é uma teoria e uma busca à qual não consigo atribuir compreensão ou valor algum. Uma teoria completamente contrária ao conceito do povo *Guarani*, que, como já mencionado anteriormente, é um povo que entende que a Terra é o nosso lugar e que devemos respeitar e cuidar dessa grande unidade da qual fazemos parte e pertencemos.

Devo admitir que alguns setores desta nossa sociedade me deixam completamente perplexa e preocupada com as possíveis “soluções”, a qualquer custo, para a “sobrevivência” de nossa espécie. Os setores da sociedade que pensam dessa forma, são setores que não querem repensar o modelo atual do nosso sistema, muito menos reestruturá-lo. Baseiam-se na produção e no uso sem limites dos recursos naturais. Chegando ao ponto de visar outros planetas, pensando no fim dos recursos do planeta atualmente habitado.

Outro conceito interessante deste povo é o *Nhandereko*. Segundo *Karai Mirim*, indígena *Guarani Mbya*, do *Tekoa Sapukai*, dá-se o nome de *Nhandereko* ao conjunto dos elementos da sociedade *Guarani*.

Assim, o jeito de viver, comer, caçar, plantar, casar, formar família etc dos *guarani* dá origem ao *Nhandereko*, o “jeito de ser” *Guarani*. E dentro dele está inserido o *nhandereko ele’i*, ou seja, a cultura, tradições, saberes, costumes, espiritualidade e organização social desse povo.

Segundo Carvalho (2014), a Educação Tradicional do povo *Guarani* é milenar. Mesmo após 500 anos da invasão europeia nesta *Terra Brasilis*, podemos

observar o seu vigor. Felizmente, são inúmeros os trabalhos que vêm sendo publicados e que contribuem significativamente com a pesquisa neste campo.

Ladeira (2007, p 35), afirma que

“Os Guarani sempre estiveram em busca de um lugar onde pudessem ser eles mesmos, resistindo às pressões de tantos séculos de contato com a sociedade envolvente. Eles participam das mudanças ao seu redor e interagem com as novas tecnologias, mas procuram formas de preservar o Nhandereko, que inclui os diferentes aspectos que identifica sua cultura e sua língua de uma forma bem específica e nítida.”

Existe uma estreita relação entre onde vivem, suas crenças e a manutenção de seus costumes. No entanto, não é somente o lugar em que vivem que tem determinado suas ações nesta caminhada que realizam há séculos. A educação tradicional tem sido a chave para que um *guarani* se torne e permaneça um verdadeiro *Mby'a* apesar das diversidades. Esta educação não precisa de um prédio para se concretizar, não tem tempo determinado para começar ou para terminar, trata-se de um processo contínuo que acontece em diferentes tempos e espaços da *Tekoa* (Carvalho, 2014). Permeando a vida, constituindo e tornando-se a base do *Nhandereko*.

Carvalho (op.cit.) em sua dissertação conta que certa vez teve o prazer de presenciar uma cena que se repete ao longo dos séculos de existência do povo *Guarani*: a conversa matinal do cacique da comunidade com as crianças. A autora explica que é um momento muito importante como estratégia educativa, também observado e relatado por *Litaiff* (1996, p.69) quando esteve entre os *Mby'a* de *Sapukai*, conforme descreve a seguir:

“Pela manhã e ao crepúsculo o cacique senta-se sob uma árvore no pátio central da aldeia, tomando chimarrão. Em pouco tempo, muitos membros da comunidade se reúnem para ouvi-lo (...). Este evento acontece pela manhã e ao final da tarde antes da oração comunitária”.

Uma das características da educação *guarani* é a transmissão dos saberes tradicionais de uma geração para a outra, o que acaba por tornar os mais velhos *tudja*, figuras centrais para a comunidade, como destacado no trecho acima. Dessa forma os idosos tem uma centralidade na vida da aldeia, que aliás é profundamente distoante do lugar que os idosos ocupam na sociedade nacional. O

que fica evidente no caso acima relatado, é o respeito e a importância que os mais velhos, os idosos, possuem e o caráter educativo que passam a assumir como responsabilidade na vida adulta, para com as crianças.

Carvalho (op.cit) lembrando Bartolomeu Meliá, grande pesquisador e educador atento e dedicado as questões indígenas, em especial dos *Guarani* no Paraguai, destaca a profunda diferença entre os processos educativos da sociedade *juruá*, ou seja, não indígena *Guarani* e os *Guarani*. Segundo ele: “os índios não têm educação, já que não têm a nossa educação” (Meliá, B. 1979. p.9 apud Carvalho, 2014 p. 34) e é por este motivo que a autora destaca:

“É claro que, como foi dito anteriormente, o desconhecimento e o preconceito levaram à cristalização de ideias errôneas a respeito de como se realizam os processos educativos nas sociedades indígenas e isto não exclui os *Guarani Mby'a* do Rio de Janeiro.”
Carvalho (2014, p. 35)

Temos ainda, outro importante conceito chamado *Tekoa*, que é o termo utilizado para definir o lugar onde se produz todos esses elementos da sociedade *guarani*. É o espaço de realização da vida. Sendo assim, *tekoa* é muito importante para este povo, porque é lá que são gerados os diferentes tipos de *teko*⁴.

Teko pode ser entendido como sendo a ideia de pertença a um lugar que contribui para a constituição da subjetividade de um indivíduo. *Teko* é a territorialidade manifesta na constituição de um indivíduo. O *Teko* depende da harmonia deste indivíduo com o seu lugar, sua aldeia *Tekoa* e sua força vital *Ñe'e*, ou seja, o seu *teko* é produzido pelas suas relações sociais, pela sua ecologia pessoal portanto, e pela sua ecologia social. O *teko* constitui enfim, a corporeidade manifesta do equilíbrio interior e exterior.

Ainda segundo Karai Mirim, para existir um *tekoa* grande é necessário que haja diversas pessoas com conhecimentos dos quais são valiosos para o povo *Guarani*. Sendo assim, tem de existir uma parteira, um sonhador - *oexarau va'é* - uma pessoa que dá nome *guarani* às crianças, e outra pessoa que faça cura espiritual e remédios. A pessoa que dá nome *guarani* às crianças, é alguém com papel essencial no *tekoa*, pois sem nome *guarani*, as crianças não conseguem

⁴ Em comunicação pessoal com o professor Celso Sanchez, discutimos o conceito de *teko* e chegamos a síntese apresentada acima.

viver com alegria, podem ficar doentes até morrer. Se uma aldeia não possuir essa pessoa, tem que chamar outra pessoa de outra aldeia para dar os nomes *guarani*.

Karai Mirim também destaca que está cada vez mais difícil viver segundo os costumes de seu povo, isso por conta das influências grandiosas dos *juruá*, termo usado para definir o ser humano branco, colonizado.

Em seu trabalho, Karai Mirim destaca ainda que os sonhos têm grande importância na vida dos *Guarani*. Fazendo parte de suas tradições orais, transmitidas por seus antepassados até os dias de hoje. Os *Guarani* são guiados por sonhos, valor fundamental para o *Nhanderekó* deles.

Também fundamental, é o conhecimento sobre ervas medicinais. Todos do *tekoa* tem um conhecimento mínimo de certas plantas, comumente utilizadas, que é adquirido através dos pais, avós, tios, enfim, pessoas do convívio deles.

Mas uma coisa que me chamou a atenção, foi o fato de que um outro jeito de se obter esses conhecimentos básicos é através dos sonhos. Todos os adultos podem sonhar com remédios, que estão a produzi-los e que se curam. Mas, para curar uma outra pessoa é preciso ser *ipóporã va'e*, uma espécie de especialista em fazer remédios que curam. Uma vez que a cura, *nhemonguerá*, não envolve apenas o conhecimento das plantas e a produção de remédios.

Verá Mirim, um cacique do *Tekoa Sapukai*, sonhador e *Tamoi mboerya*, citado por Karai Mirim (2013), diz que: "*Para manter nhandereko, precisa de teko, para produzir teko é preciso que no tekoa as pessoas nasçam e permaneçam vivas.*"

Sendo assim, faz-se necessária a resistência deste importante povo, perante as opressões do sistema dos *juruá* ("homem branco"). E infelizmente, para resistir os *Guarani* estão sendo forçados a mudar alguns hábitos,

Certa vez, uma líder espiritual, que residia na tribo São Vicente, em São Paulo, conhecida como D. Maria Tataxi, já prevendo o novo padrão migratório dos *Guarani Mbya*, disse em discurso:

“Vocês precisam ser fortes e unidos. Terão com os brancos muitas dificuldades em relação a terra. Precisa ter firmeza, ficar mais, morar anos e anos no mesmo lugar. Tem que cultivar muito, fazer plantios, plantar milho, mandioca (...). Antigamente tinha espaço livre para andar, hoje é muito diferente. Os brancos se apoderam da terra como se fossem donos, o dono verdadeiro é Nhanderu Tenonde, ele é o verdadeiro dono e ele decidirá pela terra, ele sabe como está a terra. Nós, filhos caçulas, temos que morar, construir aldeias nos meio dos matos, viver bem, em paz, juntos, em harmonia com a natureza., porque isso foi o que Nhanderu mostrou para nós (...) Nhanderu fez a terra para todos os filhos dele, e os brancos devastaram os matos, destruíram quase tudo, e o pouco que restou, aquele que é bom, já tem “dono”, os brancos levaram tudo, e hoje em dia é difícil achar um lugar que convém, que é bom pros Guarani. (Ciccaroni, 2001, apud Pereira 2010, p. 31)

Portanto, a sociedade dita “civilizada” deveria ouvir e aprender mais com os povos da floresta, muitas vezes considerados “primitivos”. Como nos ensina Davi Kopenawa, líder dos *Yanomamis*, etnia indígena da Amazônia.

“As florestas podem até existir sem a gente, mas nós não podemos existir sem ela, que não nos pertence, nós que pertencemos a ela. Se a vida é a maior riqueza que nosso Planeta nos proporciona, temos que respeitá-lo assim como as árvores, os animais e as gerações que ainda estão por vir.” (Caminhos para a Sustentabilidade)

Algum dia no passado todos éramos povos da floresta. Hoje, em um mundo com vários bilhões de seres humanos - mais da metade vivendo em cidades - muitos esqueceram ou mesmo nunca tiveram contato com suas origens. Dessa forma, boa parte das riquezas da nossa Mãe Terra já foi consumida, restando apenas cerca de 31% de áreas florestadas.

Segundo Costa (2011), as populações tradicionais desenvolvem práticas culturais sustentáveis de uso dos recursos que são resultado do longo período de integração com o meio, ou seja, a comunidade está tão ligada ao ecossistema natural como qualquer outra espécie e qualquer diferença leva a necessidade de um reequilíbrio e reacomodação dessa relação.

Este é um ponto importante de ser abordado em práticas de Educação Ambiental. Segundo Baptista (2016), esta visão de relação intrínseca da saúde e equilíbrio do ser humano ligada ao meio ambiente e seres não humanos que o cercam foi perdida pela sociedade no momento da urbanização. Os seres humanos urbanizados deixaram de se identificar com a natureza que os rodeia (*Affifi*, 2014). Essa mudança de percepção e consequente distanciamento justifica a ideia de que o meio existe para ser explorado, ignorando a relação de pertencimento entre ser humano e o meio ambiente.

Essa ideia, infelizmente, já está enraizada na mente da sociedade atual, tanto que as vezes não vemos o todo e a origem fundamental de tudo que usamos ou consumimos. O grande distanciamento que nós seres humanos urbanos criamos para com a natureza, torna difícil associar os alimentos ou mesmo o material tecnológico à natureza, mas a verdade é que a base de absolutamente tudo é essa e o povo *Guarani* tem esse fundamento como marco base de sua cultura. (Baptista, 2016)

Os povos tradicionais só sobreviveram devido ao fato de terem desenvolvido práticas de manutenção do meio. Desta forma, perante ao quadro de crise ambiental que estabelecemos, torna-se tarefa de todos nós, juruá garantir a sobrevivência destas práticas culturais, de povos tradicionais como os *guarani*, entre outros, a fim de conservarmos a biodiversidade, tão essencial para o desenvolvimento da vida de todos. (Sarkar, 2000)

E neste momento atual, no qual o mundo enfrenta crise ambiental, que na verdade é uma crise de razão, pensamento e conhecimento (Leff, 2009), é preciso resgatar essa consciência e conhecimento para enfrentarmos os problemas ambientais e de saúde e empoderar os indivíduos com alternativas para um futuro melhor para todos.

Dessa forma, segundo PRONEA (2003), a educação assume uma posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção a instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade face aos desafios da contemporaneidade.

E, por estes motivos, é essencial que as Diretrizes Curriculares Nacionais auxiliem no dever atribuído constitucionalmente ao Estado de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (C.F., art. 225 § 1º inciso VI) e na implementação das Políticas Nacionais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente (estabelecidas pela Lei nº 9.795, de 27.04.99, regulamentadas pelo Decreto nº 4.281, de 25.06.2002, e pela Lei nº 6.938/81) que exigem também do

ensino formal o dever de capacitar as pessoas, em todos os níveis e modalidades de ensino, para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Portanto, esta monografia destaca alguns conceitos e temas, tão fundamentais e tradicionais, do povo *Guarani*, que possuem uma riqueza de informações valiosas que devem ser estudadas e disseminadas em práticas de educação ambiental. Sendo assim, podemos identificar elementos centrais do cotidiano deste povo que possam ser traduzidos como eixos temáticos na construção de propostas de educação ambiental, contextualizadas na realidade local e baseadas no diálogo intercultural do povo *Guarani*. Para que, através desses conceitos, as pessoas possam entender o conceito de interdependência. Estamos todos interligados, nós seres humanos (*juruás* ou não) e os demais seres vivos. Sendo assim, um único indivíduo é capaz de, através de seus atos, causar efeitos, positivos e/ou negativos, em toda a sociedade. Ao mesmo tempo, esse mesmo indivíduo, por sua vez, é influenciado pelo todo. Enquanto nós não entendermos essa interdependência, continuaremos a degradar tudo o que nos cerca, pensando apenas em nosso próprio umbigo e no aqui e agora. Acredito que apenas no momento em que entendermos que somos uma rede viva, composta dos mais diversos organismos, é que conseguiremos constituir uma sociedade mais justa e sustentável. E a educação é o principal instrumento para chegarmos a esse entendimento.

Com esta iniciativa, esperamos contribuir para o começo da construção de uma sociedade sustentável, com empoderamento das populações tradicionais.

5. Referências Bibliográficas

BAPTISTA, C.; BENITES, S. e SANCHEZ, C. **Educação ambiental no ensino de ciências com a comunidade *guarani*: Interculturalidade e Temas geradores a partir da cotidianidade das Aldeias *Guarani* de Maricá e Itaipuaçu**. IV Congresso Nacional de Educação ambiental, UFPB, João Pessoa, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 jul. 2016.

..... Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 10 jul 2016.

..... Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em 13 jul 2016.

CARVALHO, L. H. M. **Educação Escolar Indígena no Sul do Rio de Janeiro**; 2014; Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Orientador: Aloisio Jorge de Jesus Monteiro;

CASTRO, R. **A formação dos agentes indígenas de saúde *Guarani MBY'a: Nhandereko, Arandu e Texai***. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

CHAMORRO, G. **Terra madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani**. Dourado, MS: Editora da UFGD, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. 2009

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

..... P. **Pedagogia do Oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Positivo, 2005. 374 p.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, F.P. CASTRO, R.S. (Orgs.). **Pensamento Complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes. Educação e Realidade**, vol. 34, n. 3 pp. 17-24, 2009.

..... **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz: Território m'bya à beira do oceano**. São Paulo: UNESP, 2007.

LITAIFF, A. **As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani M'bya**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo (SP): Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

NAVARRO, E. A. A Terra sem mal - O paraíso Tupi-Guarani. **Revista Cultura** Vozes. Disponível em
<<http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/NAVARRO,%20E.A.%20A%20terra%20sem%20mal,%20o%20par%C3%A1iso%20tupi%20guarani.pdf>>
Acesso em: 02 dez. 2016

PEREIRA, B. E. e DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50. Editora UFPR, Paraná, 2010.

SARKAR, S. Restaurando o Mundo Selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da Natureza**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

SHADEN, E. **Aspectos fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SILVA, A. M. M. e TIRIBA, L. **Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2012.

Sites consultados:

http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf.

Acesso em 13 dez. 2016

<http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/ayvurap1.htm> Acesso em 13 dez.

2016

<http://observador.pt/2016/11/28/investigadores-criam-primeira-abelha-robotica-capaz-de-polinizar/> Acesso em 28 nov. 2016

http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/livro_ieab.pdf Acesso em: 02 dez, 2016.

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/10/legislacao> Acesso em: 10 jul. 2016.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700024 Acesso em: 28 nov. 2016

<http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Eunice-Antunes.pdf> Acesso em 10 jul. 2016